



C A P Í T U L O 6

FATO, VALOR E NORMA X INCONSISTÊNCIAS SISTÊMICAS E VALORES EQUIVOCADOS NO CASO DOS CORREIOS NA INGLATERRA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.433142508076>

Walter Eduardo Sevalli

Mestrando em Direitos Humanos – UNIFIEO. Especialista em Ciências Penais – Universidade Anhanguera-Uniderp. Bacharel em Direito – UNIP. Professor de Direito do Trabalho para Administradores e Contadores, na Faculdade Campos Elíseos. Professor em Técnicas de Negociação. Professor em Introdução ao Mercado Financeiro e Educação Financeira. Administrador de Empresas e Advogado

INTRODUÇÃO

Na introdução da publicação da Enclopédia Jurídica da PUCSP no Tomo 1 de Teoria Geral e Filosofia do Direito, Teoria Tridimensional do Direito¹, temos:

A Teoria Tridimensional do Direito, no Brasil mais conhecida pelo seu formulador original, mas não exclusivo, o professor Miguel Reale, foi concebida como uma proposta de construção do pensamento jurídico e uma das principais inovações no estudo e compreensão deste fenômeno.

Conforme proposta pelo professor Reale, a teoria correlaciona três fatores interdependentes que fazem do Direito uma estrutura social axiológico-normativa.

Esses três elementos são: fato, valor e norma. Importa, desde logo, afirmar que esses três elementos devem estar sempre referidos ao **plano cultural da sociedade onde se apresentam**.

Na óptica tridimensional fato, valor e norma são dimensões essenciais do Direito, o qual é, desse modo, insuscetível de ser partido em fatias, sob pena de comprometer-se a natureza especificamente jurídica da pesquisa.

¹.ENCICLOPÉDIA JURÍDICA DA PUCSP ISBN 978-85-60453-35-1 INTRODUÇÃO <https://enciclopediajuridica.pucsp.br>

É buscada, na Teoria Tridimensional do Direito elaborada pelo professor Reale, a unidade do fenômeno jurídico, no plano histórico-cultural, sem o emprego de teorias unilaterais ou reducionistas, que separam os elementos do fenômeno jurídico (fato, valor e norma).

Veja-se, portanto, no decorrer desta exposição, o desenvolvimento, os tipos e a profundidade da proposta do professor Miguel Reale, que apesar de ser uma proposta para se observar, indagar e pensar o fenômeno do Direito, impressiona pela sempre atualidadee capacidade de possibilitar uma interpretação correta da realidade jurídica.

POR QUE FATO, VALOR E NORMA?

Como se sabe, a correlação fato, valor e norma é a base da Teoria Tridimensional do Direito. Mas por que o homem, na análise fenomenológica da experiência jurídica, atribui-lhe essa estrutura tridimensional?

Para responder a essa pergunta, é importante voltar a atenção a como o homem viveu inicialmente o Direito.

Ensina o professor Miguel Reale que é lícito conjecturar que o homem tenha vivido o Direito como experiência, realizando-o como fato social, sempre relacionado à religião e aos mitos **de determinada cultura**, pois o **Direito é fenômeno ligado à vida social do homem**. Inicialmente, portanto, não havia consciência clara e distinta dos fatos jurídicos que habilitassem o Direito a tornar-se uma ciência autônoma.

A ordem do *cosmos* o homem relacionava a ordem de seu próprio mundo, de suas próprias relações sociais, de seus atos, de seus comportamentos.

O momento decisivo, segundo o professor Reale, surge quando os *Fatos* começam a ter significado percebido no plano da consciência. Antes desse primeiro momento importantíssimo para a habilitação do Direito à categoria de ciência, este possuía seu conteúdo fático obliterado por aquilo que o professor Miguel Reale denomina *Direito* como conteúdo de estimativa, ou seja, Direito ligado ao sentimento do justo, revelado em expressões irracionais.

A segunda intuição do homem, com relação ao plano fático, seria a da ordem social em que o Direito estaria inserido, ainda carente de formação organizada do Poder,permeada de valores os mais diversos possíveis, **inseparáveis da moral social**. A esses valores, o homem reagiria de modo a hipostasiá-los, ou seja, projetá-los para fora de si etransformá-los em entidades por si subsistentes.

Como fato, o Direito só será investigado metodicamente na época moderna, genericamente com os trabalhos de Maquiavel, Jean Bodin, Thomas Hobbes, Montesquieu e, mais especificamente, com os trabalhos sociológicos e históricos do século XX.

O terceiro momento de percepção do fenômeno jurídico é aquele que o professor Miguel Reale designa por *Intuição Normativa do Direito*. Nessa fase, o Direito teria sidovisto como norma, como *lex*, momento influenciado principalmente pelo Direito Romano que a seu tempo constrói o Direito como ordem normativa, como indagação d'experience concreta do *justo*.

Exemplo disso, o brocardo *ex fato oritur jus*, deve ser interpretado, na lição do professor Miguel Reale, como o encontro ideal do justo com o fato concreto, que lhe é condição. Essa ligação de justo com fato, de Justiça e Direito, que perfaziam o todo da experiência jurídica, era designado com a expressão *regula juris*, medida de ligação.

Da palavra *Regula* herda-se hoje duas outras palavras igualmente esclarecedoras desse laime fato, valor e norma: régua, como segmento de direção no plano físico; e regra, como sentido de direção no plano ético. O Jurista indaga a *ratio* de determinada circunstância a fim de estabelecer sua *régula*, sua medida. Uma determina a outra.

Assim sendo, por que fato, valor e norma? Porque onde quer que se encontre a experiência jurídica haverá um *fato* como condição da conduta, que liga sujeitos entre si; haverá o *valor* como intuição primordial, que avaliará o fato; haverá a *norma*, que é a medida de concreção do valioso no plano da conduta social.

O caso dos Correios na Inglaterra – Escândalo Horizon

O caso dos Correios na Inglaterra², também conhecido como Escândalo

Horizon, ocorreu entre 1999 e 2015, quando mais de 700 gerentes de balcão dos Correios britânicos “Post Office” foram acusados de fraude, roubo ou falsificação da contabilidade.

2. https://www.google.com.br/search?q=caso+dos+correios+na+inglaterra&sca_esv=51c078bef5da6778&sca_upv=1&sxsrf=ADLYW1IU4gzAY1U_bs-p-GyC-vlVqG7vDGQ%3A1715005042286&source=hp&ei=cuY4Zp2RD-PZ5OUPs9eBqAI&iflsig=AL9hbdbgAAAAAZj0guO9jYntOJG2TVUy9CA944m8leL4&udm=&oq=caso+dos+correio&gs_lp=Egdnd3Mt-d2l6lhBjYXNvIGRvcyBjb3JyZWlvKglIADIECMYzIjGEAAAYCBgeMggQABiABBiBDIIEAAYgAQYogQyCBAAGIAEGKIESNhfuABYm0hwBXgAKAEAamAGrAaAB4x0gAQQwlJE5uAEDyAEA-AEBmAIVoAKIfcICChAU-GIAEGCcYigXCAGoQlxiaBBgnGloFwgILEC4YgAQYsQMYgwHCAgsQABiABBixAxiDAcICERAuGIAE-GLEDGNEDGIMBGMcBwg!FEAAYgATCAgUQlhiABMICExaGIAEGMcBGCCYigUYjgUYrwHCAgoQA-BiABBhDGlwFwg!WE4YgAQYsQMY0QMYQxiDARjHARIKbcICChAuGIAEGEMYigXCAGsQABiABBixAx-jJA8ICDhAAGIAEGLEDGIMBGloFwg!EEAAYA8ICCBaUgIAEGLEDWg!IEC4YA8ICBhAAGBYYHsICCBAA-GBYYChgewg!IEAAYogQYiQXCAGuQlRigAclCBRAhGJIDwg!FECEYnwWYAwCSBwQ1LjE5oAeMqwE&client=gws-wiz

As acusações basearam-se em informações de um software de contabilidade chamado Horizon, instalado pela Fujitsu no final dos anos 1990, que se revelou defeituoso.

Os diretores da empresa obrigaram os trabalhadores a reembolsar os déficits contábeis registrados por engano pelo sistema, o que levou muitos deles à ruína. Alguns ficaram falidos, outros foram presos por roubo e quatro se suicidaram.

Presidente do Correio britânico é demitido após acusar funcionário de roubo

Entre 1999 e 2015, quase mil gerentes de agências dos Correios foram alvos de acusações de roubo baseadas nas informações de um “software” de contabilidade.

O presidente do Correio britânico foi demitido após o escândalo das falsas acusações de roubo aos funcionários da empresa estatal, anunciou no domingo (28/01/2024) a ministra do Comércio, Kemi Badenoch.

O presidente do Post Office, Henry Staunton, estava no cargo desde dezembro de 2022.

Entre 1999 e 2015, quase mil gerentes de agências dos Correios foram alvos de acusações de roubo baseadas nas informações de um ‘software’ de contabilidade, chamado Horizon, que se revelou defeituoso.

Os diretores da empresa, que se recusaram a reconhecer problemas com o software, obrigaram os trabalhadores a reembolsar os déficits contábeis registrados por engano pelo sistema, o que levou muitos deles à ruína.

Uma série exibida em janeiro de 2024 pelo canal ITV levou o caso de novo às manchetes.

Badenoch prometeu que as indenizações às vítimas serão pagas “o mais rápido possível”, mas não estabeleceu prazo

VIDAS ARRUINADAS³.

No total, cerca de 3.500 donos de agências postais foram falsamente acusados de desviar dinheiro. Centenas de homens e mulheres acabaram sendo julgados e condenados. As penas variaram de centenas de horas de serviço comunitário à prisão. (15 de jan. de 2024)

3. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2vy9z72e28o#:~:text=Vidas%20arruinadas&text=No%20total%2C%20cerca%20de%203.500,de%20servi%C3%A7o%20comunit%C3%A1rio%20%20C3%A0%20pris%C3%A3o.>

Centenas de homens e mulheres acabaram sendo julgados e condenados. As penas variaram de centenas de horas de serviço comunitário à prisão. Após as condenações, muitos passaram por graves dificuldades financeiras ou falência total.

Mesmo aqueles que conseguiram impedir uma acusação formal tiveram de contrair dívidas para cobrir os enormes montantes que supostamente deviam.

As vítimas e suas famílias ficaram marcadas, sofreram rejeição social, estresse e doenças.

Foram registrados pelo menos quatro suicídios ligados ao escândalo.

REPERCUSSÃO NA MÍDIA

Uma série de televisão que retrata aquele que é considerado um dos maiores erros judiciais da história do Reino Unido está conseguindo alcançar algo que nem décadas de reclamações e protestos havia sido capaz. A série mostra a odisseia de funcionários dos correios acusados de roubo, mas que não têm como provar sua inocência

A série trata do chamado Escândalo dos Correios, em que centenas de gestores de agência inocentes foram acusados de roubo, fraude e adulterações na contabilidade da empresa postal britânica.

Muitos foram condenados à prisão por crimes que nunca cometem, mas foram denunciados por conta de falhas em um software informático, uma rede de mentiras e a falta de atenção por parte de dirigentes e autoridades.

As pessoas afetadas tentam obter justiça há mais de duas décadas. Mas nada teve o impacto que a série de televisão *Mr Bates vs The Post Office* teve.

O CASO EM SI

Mais de 1 milhão de pessoas assinaram uma petição pedindo que a ex-gerente dos correios Paula Vennells perdesse uma condecoração concedida a ela pelo Reino Unido. Por fim, ela mesma acabou renunciando à honraria.

Além disso, a série inflamou os ânimos do público na exigência de punições severas para os culpados e para que a empresa privada envolvida fosse cobrada pelo custo do desastre, para que os contribuintes britânicos não tivessem que pagar por ele.

Mas esta não é a primeira vez que a comunicação social desempenha um papel crucial nesta luta.

O furo sobre o escândalo foi publicado em 2009 na revista Computer Weekly e o caso foi acompanhado e relatado extensivamente por jornalistas dedicados ao longo dos anos. Em 2013, foram mais de 300 matérias sobre o assunto, segundo a revista.

A BBC produziu uma premiada série documental de rádio em 2020 e mais tarde o seu programa investigativo Panorama cobriu o caso.

Em 2021, Nick Wallis, um dos jornalistas que conduziram uma longa investigação sobre o caso, publicou o livro *O Grande Escândalo dos Correios*.

E a cobertura continuou, acompanhando e dando voz aos afetados pelo escândalo que, aos poucos, foram somando algumas vitórias.

No entanto, foi a transmissão, a partir de 1 de janeiro de 2024, da série produzida pelo canal britânico ITV que despertou enorme interesse público e aumentou a pressão sobre as autoridades.

O tema tem dominado os debates no Parlamento britânico nos últimos dias e o governo foi forçado a se comprometer com pagamentos de indenizações multimilionárias e a prometer perdão judicial aos inocentes punidos.

Por que agora?

Nenhum dos principais eventos apresentados nos quatro episódios da série dramática *Mr Bates vs the Post Office* é novo.

No entanto, eles expuseram detalhes do escândalo aos olhos do público.

Mas como e por que agora?

Por um lado, a série capturou a atenção dos espectadores de uma forma que um documentário talvez não fosse capaz de fazer, diz o correspondente político da BBC, Harry Farley.

"Muitas das vítimas deste escândalo ficaram traumatizadas", diz ele. "Suas reputações foram arruinadas e, como resultado disso, eles não queriam falar com jornalistas diante das câmeras."

Através dos atores foi revelado o verdadeiro drama emocional e, pela primeira vez, o público pôde compreender a magnitude do escândalo.

"Muito mais pessoas sabem o que aconteceu, graças ao alcance da série dramática da ITV", diz Farley.

Isto significa que se multiplicou o número de pessoas que pressionam os seus representantes no Parlamento, expressando a sua preocupação e raiva pelo que aconteceu.

E os políticos, que serão testados nas urnas nas eleições gerais deste ano, de repente tiveram interesse no caso e urgência em mostrar que estão agindo em relação a ele.

O que aconteceu?

A Post Office Ltd. (PO), equivalente aos Correios do Reino Unido, é uma grande empresa que tem boa reputação, graças à sua longa história que remonta ao ano de 1660.

Possui cerca de 12.000 postos de serviço em todo o país, em um sistema muito semelhante ao que opera no Brasil, onde são abertos editais por estado para interessados em operar uma agência.

No caso britânico, muitas das agências estão em áreas rurais e pequenas cidades. São parte integrante das comunidades e os seus funcionários são valorizados.

Essas unidades são administradas por parceiros de franquia ou proprietários de empresas independentes, conhecidos em inglês como “subpostmasters”.

Além de enviar cartas e encomendas, essas lojas desempenham funções bancárias, prestam todo o tipo de serviço financeiro, processam a renovação de passaportes e cartas de motorista e realizam pagamentos de assistência social e pensões.

Mas entre 1999 e 2015, a PO destruiu as vidas de “subpostmasters” e das suas famílias, criando um pesadelo de confusão, segredos e mentiras.

A empresa perseguiu incansavelmente administradores de filiais por supostos roubos, fraudes e contabilidade falsa.

Durante esses anos, exerceu os seus poderes institucionais para questioná-los e processá-los por inconsistências nos registros financeiros.

As inconsistências, porém, só começaram a aparecer após a introdução de um novo sistema informático instalado em todas as agências.

UM SOFTWARE FALHO

No período entre 1999 e 2000, a PO implementou um sistema de tecnologia de informação denominado Horizon, desenvolvido pela empresa Fujitsu.,

O software era usado para tarefas de contabilidade e controle de estoque.

"Era sabido que o programa era muito fraco", disse Richard Roll, engenheiro da Fujitsu entre 2001 e 2004, à BBC.

"Algumas semanas depois de começar a trabalhar lá, eu disse ao meu chefe: 'Isso precisa ser apagado e reescrito do zero'."

"A resposta dele foi: 'Isso não vai acontecer, você tem ideia de quanto tempo levaria e quanto custaria para refazer isso?'"

Roll garantiu que havia erros conhecidos no sistema que afetavam os saldos finais, portanto era provável que houvesse discrepâncias que os usuários não conseguiram explicar.

Foi exatamente isso que começou a acontecer em centenas de agências postais pelo país

Imagine que um franqueado dos correios está fechando o caixa uma noite usando o sistema de computador Horizon.

Ele aperta o botão para fechar as contas e há uma discrepância de centenas, talvez milhares de libras.

As contas no papel dizem que está tudo bem, mas o sistema, inexplicavelmente, calcula que há um grande déficit.

Ele entra em pânico, pois sabe que há uma cláusula em seu contrato com a PO que especifica que o dono da franquia é o responsável por qualquer desaparecimento de dinheiro, não importa como isso aconteça.

Após ligar para o suporte técnico, eles garantem que não há outros relatos de problemas com o sistema.

O dono da loja tem então duas opções: pagar o déficit em dinheiro imediatamente ou enfrentar um julgamento com alta probabilidade de acabar na prisão.

VIDAS ARRUINADAS

No total, cerca de 3.500 donos de agências postais foram falsamente acusados de desviar dinheiro.

Centenas de homens e mulheres acabaram sendo julgados e condenados. As penas variaram de centenas de horas de serviço comunitário à prisão.

Após as condenações, muitos passaram por graves dificuldades financeiras ou falência total.

Mesmo aqueles que conseguiram impedir uma acusação formal tiveram de contrair dívidas para cobrir os enormes montantes que supostamente deviam.

As vítimas e suas famílias ficaram marcadas, sofreram rejeição social, estresse e doenças.

Foram registrados pelo menos quatro suicídios ligados ao escândalo.

Em 2009, Alan Bates, que anos antes havia sido demitido após relatar problemas com o Horizon, formou o grupo de campanha JSFA (Justice for Sub-postmasters Alliance) para expor o escândalo.

Ele conseguiu reunir 555 vítimas no grupo e processou os correios, embora durante anos a empresa tenha conseguido escapar das acusações graças aos seus poderosos advogados.

Apesar dos relatos da imprensa sobre problemas com o sistema Horizon, os seus gestores continuaram a insistir que a tecnologia era “robusta”.

Depois de uma longa batalha, em 2019 o grupo JSFA conseguiu vencer um processo judicial que determinou que as sentenças emitidas tinham sido injustas e que a culpa era do sistema Horizon.

Algumas sentenças foram anuladas e outros casos foram revistos, abrindo caminho para que os acusados injustamente recebessem indenizações.

Até o momento, cerca de 32 milhões de libras (R\$ 146 milhões) em danos foram pagos.

Mas a PO tem sido criticada por atrasar os pagamentos.

Além disso, dezenas de vítimas morreram antes de serem indenizadas e os custos destinados à defesa legal reduziram drasticamente a indenização.

Em contraste, os executivos da PO receberam bônus vinculados à investigação do escândalo em 2021.

E ninguém dos correios ou da Fujistu foi considerado responsável.

MOVIMENTAÇÃO POLÍTICA

Após o alvoroço causado pela série de televisão, a classe política britânica não teve escolha senão retomar a discussão sobre o tema.

O governo britânico propôs a aprovação de uma lei que prevê perdão judicial a todos os “subpostmasters” envolvidos no escândalo.

Com ela, mais de 900 pessoas teriam as suas condenações anuladas e mais de 4.000 pessoas no total poderiam ser elegíveis para compensação.

São vários os esquemas de compensação propostos. Em um deles, o governo ofereceu um pagamento único de 75.000 libras (R\$ 464.000) a cada uma das vítimas.

Mas acredita-se que um número significativo de pessoas afetadas não aceitará esta compensação porque não cobre os danos econômicos e emocionais que sofreram.

Um porta-voz do primeiro-ministro Rishi Sunak disse que aqueles que foram “significativamente mais impactados” poderão “buscar uma oferta maior”.

Seria algo em torno de 600 mil libras (R\$3,7 milhões), mas que não estaria disponível automaticamente.

Entretanto, a investigação parlamentar prossegue visando apontar culpados, buscar falhas em todo o processo e encontrar lições a serem aprendidas.

Enquanto isso, o povo aguarda a apuração dos fatos. Com toda certeza, políticos e empresas arcarão com o ônus dessa situação.

CORRELAÇÃO CASO DOS CORREIOS NO REINO UNIDO X TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO.

Pois bem, no caso apresentado, nota-se claramente a aplicação prática do Conceito FATO x VALOR x NORMA, principalmente pela postura dos funcionários das franquias dos correios, onde houveram suicídios, pessoas com transtornos psicológicos e com certeza depressão. Simplesmente por aceitarem sem maior desconfiança, vez que nem se questionou a fundo, algo que já estava praticamente estabelecido como correto, o sistema de software utilizado. Ou seja, como o sistema era tido como correto, os administradores das franquias, assumiam prejuízos, por terem como perfeito software que cometia erros.

Os usuários do sistema, acreditavam que, uma vez aprovado pelos Correios (VALOR) , o software era preciso e correto, (NORMA) e assumiam para si, como se houvessem cometido algum tipo de deslize o prejuízo gerado pela falha (FATO).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do caso Horizon, à luz da Teoria Tridimensional do Direito, permite tirar conclusões mais amplas sobre os desafios contemporâneos enfrentados pelo Direito diante da complexidade tecnológica e da burocratização das instituições. A dissociação entre fato, valor e norma no caso britânico escancarou a vulnerabilidade do sistema jurídico diante de tecnologias opacas e da confiança cega em aparatos técnicos supostamente neutros.

A experiência dos subpostmasters revela como o formalismo jurídico, aliado à automatização, pode agravar situações de injustiça social. A norma jurídica, desvinculada do fato real e sustentada por valores institucionalmente viciados, torna-se uma ferramenta de opressão, em vez de um instrumento de justiça. O Direito, nesse contexto, perde sua função de mediação equilibrada da vida social e passa a reproduzir estruturas de poder desiguais e autoritárias.

Dessa forma, a Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale reafirma sua atualidade e relevância. Ao exigir a constante interação entre fato, valor e norma, a teoria oferece um modelo crítico que permite não apenas compreender, mas também denunciar distorções sistêmicas como as verificadas no escândalo Horizon. Ela convida juristas, legisladores e operadores do Direito a manterem-se atentos à realidade concreta, aos valores humanistas e à legitimidade das normas aplicadas.

Portanto, a lição que o caso Horizon oferece é clara: o Direito não pode abdicar de sua função crítica e integradora. Sistemas automatizados devem ser constantemente auditados; valores institucionais precisam ser revistos diante de evidências empíricas; e normas jurídicas devem refletir uma estrutura ética e social comprometida com a justiça. Apenas assim se evita que o Direito se torne cúmplice de tragédias humanas como a vivida pelos subpostmasters britânicos.